



**EDUCAÇÃO “DA GENTE NEGRA”: INTERDIÇÃO, ACESSO, AÇÕES  
AFIRMATIVAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NEGROS**

ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

Andressa Queiroz da Silva<sup>1</sup>

Liliana Piedade de Oliveira<sup>2</sup>

Salomão Silva Moura<sup>3</sup>

A presente obra analisada “História da educação do Negro e outras histórias” faz parte da publicação *Coleção Educação para Todos*, é o sexto volume que reúne 14 textos de autores de diferentes áreas da educação. A obra agrega artigos cuja metodologia propõe práticas pedagógicas de enfrentamento ao racismo na sala de aula, assim trata-se de textos que estão em consonância com a lei nº 10.639/2003 que obriga o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas e apresenta a historiografia sobre a educação dos afrodescendentes no Brasil.

Organizada pela professora Jeruse Maria Romão, pedagoga, militante do feminismo negro e intelectual da educação, a obra tem o objetivo de responder ao questionamento feito pela própria autora: Como o negro chegou a escola? A autora afirma que para se compreender a necessidade de leis como a 10.639/2003 e a lei de cotas são necessários conhecimentos da história da educação da população negra brasileira, histórico este que muito professores e professoras não costumam adquirir em suas formações – iniciais ou continuada – e reproduzem para seus alunos o discurso de “esforço” sem considerar as implicações históricas de acesso e/ou permanência de afrodescendentes ao sistema educacional.

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras Português pela Universidade Federal do Acre (2017). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Identidades da Universidade Federal do Acre.

E-mail: [andressa.queiroz.silva@hotmail.com](mailto:andressa.queiroz.silva@hotmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Federal do Acre, 3º período.

E-mail: [oliveiralilianna@gmail.com](mailto:oliveiralilianna@gmail.com)

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Acre, 5º período.

E-mail: [salomao.s.moura@gmail.com](mailto:salomao.s.moura@gmail.com)



## Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

Para responder seu questionamento, Romão estruturou a obra em 5 capítulos: Parte 1 - História da educação, escola e legislação; Parte 2 - História da interdição e do acesso do negro à educação; Parte 3 - História social da educação do negro e das experiências de implementação de políticas educacionais; Parte 4 - A formação de professores e os negros; e Parte 5 - Ensino: conteúdos e currículos escolares.

É perceptível que a autora buscou falar primeiramente como foi construído o sistema educacional brasileiro para posteriormente abordar como afrodescendentes foram impedidos de ter acesso à escolarização até 1934. Logo depois a autora fala sobre o acesso à educação da população negra, suas organizações que tinham o objetivo de instruir e inseri-los no sistema educacional e aborda as cotas. Em seguida aborda a formação de educadores acerca da temática étnico-racial e de professores negros e por fim aborda o currículo e a temática étnico-racial nele.

Na parte I do livro, inicia-se a discussão do tema fazendo uma abordagem sobre como a história de outros povos não europeus é esquecida, ou narrada de forma a diminuir os progressos conquistados de outras civilizações não europeias, a autora também traz uma reflexão no que diz respeito a história da educação do negro, sobre como é abordado no currículo educacional e na concepção científica, porém faz uma ressalva da importância dos estudos que o próprio negro faz de sua historiografia, Mariléia enfatiza que Atualmente, os pesquisadores afro-brasileiros têm desenvolvido estudos sobre a temática negro e educação dão exemplo do caráter histórico, não só das abordagens históricas, como também do próprio campo científico na área de ciências humanas. Os estudos que são realizados nessa área, trazem uma realidade mais dispersa daquela que se tinha apresentado durante muitos anos e dominava toda a história e cultura do Negro.

O texto “**Escola: espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra**” em sua primeira parte, Amauri relata o esquecimento da questão racial no sistema escolar, afirmando que existe uma inviabilização da temática, contudo pode-se dizer que a escolarização foi ampliada no país, e a sua intenção de formar mão-de-obra se tem obtido existo, é feito um paralelo entre as escolas publica x as escolas privadas, ambas trabalham para construção de valores hegemônicos sociais, mas no quesito qualidade de ensino, ainda impera os altos investimentos das elites nas escolas particulares. As crianças negras que o



## Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

sistema não elimina, são silenciadas, e o racismo é levado dentro do processo escolar, como algo intrínseco apenas aos negros.

A autora Lucimar Rosa Dias cria em seu texto um questionamento sobre como a questão racial é mencionada na LDB ou na legislação em vigência, ela utiliza a metodologia de tentar encontrar palavras como negro, indígena, cor, raça ou etnia, nas leis, 4.024/61, 5.692/71 e 9.394/96, a ideia geral que se tem conclusão, é que o intuito dessas duas leis, era de apenas universalizar o acesso a escolarização, desconsiderando o processo histórico que o discente ou docente carrega com si, com a criação da lei 10/639, em seus artigos 26 e 79, a obrigatoriedade e a inclusão no currículo oficial de ensino da temática “História e Cultura Afro-brasileira”. Com certeza um ganho imensurável, tendo em vista que pela primeira vez estava explícito os nomes África ou cultura-afro brasileira em uma lei, outro ponto importante abordado pela autora, é que um grande passo foi a criação da lei, porém existe a profunda necessidade de políticas públicas que a sustente.

A parte II do livro intitulada “**História da interdição e do acesso do negro à educação**” conta com 3 artigos, o primeiro deles escrito por Geraldo da Silva e Márcia Araújo faz introdutoriamente uma contextualização sócio histórica da situação dos negros pós-abolição da escravatura, segundo os autores a situação dos negros libertos não significou grandes avanços na vida destes, uma vez que a camada nobre da sociedade criou restrições para que mantivesse estes negros libertos subjugados nessa nova sociedade republicana-capitalista, o acesso à educação foi uma das maiores restrições. Entretanto, os negros sempre resistiram, os autores criaram 3 hipóteses sobre a inserção do negro na escolar: uma hipótese é que alguns negros libertos que possuíam dinheiro ou que eram patrocinados pelos antigos senhores; a segunda hipótese seria quando negros acompanhavam suas “sinhas” na escola e aprendiam de maneira informal assistindo essas aulas; e a terceira hipótese é quando os senhores escolarizavam os escravos como uma maneira que estes aprendessem uma profissão para gerar lucro para seu senhor.

Surya Aaronovich propõe em seu texto compreender como se deu a escolarização da população negra da cidade de São Paulo do final do século XIX e início do XX, ela divide essa história em duas perspectivas: a ação branca, essa perspectiva fala sobre a intenção do estado de educar os ex-escravizados para disciplinarização para assim formar uma sociedade



## Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

civilizada. Ademais, eram proibidos escravos de ingressarem na escola e não negros, os registros da época mostram também que professores reclamando do comportamento desses “negrinhos”; e a ação negra que consiste nas ações do movimento negro de inserir afrodescendentes à educação formal, são exemplos os jornais que incentivavam que seus leitores negro estudassem, como o jornal *O Alfinete* dizia “essa praga [o analfabetismo] que nos fazem mais escravos do que quando o Brasil era uma feitoria”.

Marcus Vinicius Fonseca em seu texto que tem como objeto de pesquisa os documentos referentes à quantidade populacional e de escolarização da província de Minas Gerais e do Distrito de Cachoeira do Campo. Os documentos pesquisados mostram-nos a cor – declarada pelo professor, ou seja, como o professor enxergava o aluno – dos estudantes. O que nos chama bastante atenção são as denominações referentes à cor (preto, branco, crioulo e cabra), a cor do aluno indicava a posição social, se era descendente de escravo, se era mestiço, se fazia parte de uma família com bens e etc. O autor finaliza seu texto indicando que ao decorrer do tempo há um maior registro de “pardos” e apagamento de “criolos”, “cabras”, e “pretos” e que isso ocorre devido à ascensão social de africanos e afrodescendentes.

Parte III do livro intitulada “**História social da educação do negro e das experiências de implementação de políticas educacionais**” é dedicado às experiências de implementação de uma educação para a população negra, o primeiro texto é da própria organizadora do volume, Jeruse Romão, neste a autora fala principalmente sobre o Teatro Experimental Negro – TEM que além de formar atores e atrizes em consequência da representação do negro a partir *blackface* no teatro e no cinema, também tinha a ação de alfabetizar jovens e adultos negros, era mais que escolarização, era emancipação a partir da escolarização. A autora constrói seu texto a partir dos relatos de fundadores do TEM, como Abdias Nascimento e Ironides Rodrigues. Ademais, é mostrado também orientações e denúncias feitas nos jornais sobre a escolarização da população negra, como Quilombo, o informativo do Teatro Experimental do Negro e Tribunal Estudantil.

O texto de Alexandre Nascimento vem falar do movimento negro contemporâneo que vendo a ausência do acesso e permanência da população negra no ensino superior em comparação com a população branca, gerada por todo o histórico de interdição do acesso à escolarização começa a se organizar formando cursos pré-vestibulares populares. Entre



## Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

muitos que foram criados em diferentes partes do país se destacou os “Cursos Pré-vestibulares para negros e carentes - PVNC”, possuía princípios, objetivos, organização interna e perspectivas, com o objetivo de redemocratizar o acesso ao ensino superior e pela luta contra a discriminação racial. Além disso, o curso pré-vestibular foi preponderante para a concessão de bolsas de estudos pela PUC-SP para os alunos desse curso, em 1994 o curso chegou a ter mais de 20 núcleos.

Maria Alice Rezendo finaliza essa parte do livro com o texto “**A política de cotas para negros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro**”, a autora faz uma retrospectiva da implementação da política de cotas no Brasil dos anos 90 do século XX na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A autora mostra como se deu esse processo, nos anos 2000 o estado começa a se preocupar com questões referentes à diversidade cultural do país, desigualdades raciais e o racismo - comprovados a partir de dados como IPEA e IBGE - através de conferências, documentos oficiais e programas como o “Universidade para Todos - PROUNI”. A ação afirmativa na referida universidade começa com a lei 3524/00, 3708/01 e 4061/03, com essas leis já se inicia uma resistência e rejeição com relação às reservas de vagas. Com a lei 4151/03 é inserido o critério da renda per capita, outra questão muito debatida é a classificação de cor e como comprovar/declarar esse quesito. A autora conclui que a maioria dos alunos negros são de baixa renda, a necessidade de políticas de permanência desses alunos que são carentes e necessitam de apoio financeiro e que as cotas sem dúvida aumentaram a representação de negros na universidade.

Na parte IV do livro trata da formação de professores em que é constituída por três artigos. O trabalho de Paulino de Jesus Francisco Cardoso, “**A vida na escola e a escola da vida: experiências de afro-descendentes em Santa Catarina no século XX**”, explora as experiências educativas de mulheres negras em pesquisas realizadas pelas pesquisadoras do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina. Com a intenção delinear as formas de resistências, assimilação, negociação e conflito no cotidiano de mulheres afro-descendentes nas cidades de Florianópolis. E após a presença de afro-descendentes no município de Criciúma, resgatando trajetórias históricas de mulheres normalistas afrodescendentes e suas perspectivas ascensão social vinculadas ao exercício do magistério, na década de 1960 quando surgiam as primeiras Escolas Normais em Criciúma.





## Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

Claudia Regina de Paula propõe uma visão transformadora para o professor Negro no seu trabalho “**Magistério, reinações do feminino e da brancura: a narrativa de um professor negro**”, no qual pretende analisar o papel e as expectativas do homem negro na profissão de professor, buscando reconhecer as situações vivenciadas de preconceito e discriminação, e para isso procura localizar historicamente como se produzem a desigualdade e a diferença, que, ainda hoje, definem o branco e o negro dentro de uma dicotomia no cotidiano da sociedade brasileira em que considera o branco positivo e o negro negativo. Fato esse que se reflete nas escolas em que meninos e meninas negras se veem em silêncio diante da questão racial e dos preconceitos vividos.

Essa parte se encerra com o artigo de Lauro Cornélio da Rocha, que em “**A formação de educadores(as) na perspectiva étnico-racial na rede municipal de São Paulo (2001-2004)**”, aborda a questão da inclusão da diversidade étnica no currículo escolar e enfatizadas pela aprovação da lei 10.639/03 que deu impulso às ações das Coordenadorias de Educação e Unidades Educacionais, na perspectiva de discutir o racismo no sistema educacional brasileiro e o papel da legislação na construção/desconstrução do mesmo. Aborda questões na construção de estratégias antirracistas em geral e, especificamente, na educação realizados pelos governos, órgãos e instituições e como esses atingem direta ou indiretamente a população negra.

O texto “**A população negra nos conteúdos ministrados no curso normal e nas escolas públicas primárias de Pernambuco, de 1919 a 1934**”, traz um enfoque sobre quais as fontes de pesquisa sobre a educação do negro existem, e quais os fatores levam a uma escassez dessa documentação, por exemplo, a documentação que existe não traz a questão étnica dos alunos, existe também uma ponderação sobre a classificação racial e social, que é sempre confundida, a definição de cor da população brasileira sempre estão carregadas de limitações e imprecisões, outra análise é feita em relação a imagem que é transmitida do continente africano, muitas vezes conceituam como lugar de selvagens, animais e miséria, deixando de lado a literatura, riquezas naturais, e suas grandes civilizações, a eugenia é relatada como uma discussão abordada dentro das escolas primárias de Pernambuco século XX, como a eugenia moral ou física, algumas disciplinas como Ciências Naturais-Higiene,



## Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

Pedologia, Pedagogia e psicologia, tinham em seu conteúdo programático, inspirações de toda teoria eugênica.

O texto **“Nós, afrodescendentes: história africana e afrodescendente na cultura brasileira”** fala sobre como os Afrodescendentes foram muito importantes no processo de construção e modernização da nação brasileira, seus braços desbravaram as fronteiras e levantavam os facões dos canaviais, das lavouras de café até as minas gerais, os Negros foram importantes para o que hoje é chamado de Brasil, o continente as mais antigas civilizações e grandes avanços tecnológicos, a escrita, matemática e o comércio surgiram na África, como é importante a identificação de todo o negro com a sua descendência, o processo histórico e cultural do Brasil é extremamente ligado ao povoamento africano, as lutas pela igualdade apenas começaram com as revoltas do século XV, permeou com os quilombos e se perpetuou na educação, para Cunha Júnior (2005) “A proposta da lei de inclusão é ampla e necessária nos seus diversos aspectos. Ampla, pois liga dois espaços geográficos continentais, África e Brasil, através de um período histórico e cultural longo, de pelo menos cinco mil anos”. (p. 269). Quebrar os costumes políticos de enfiamento das desigualdades sociais e raciais, tem sido uma difícil batalha, o silenciamento que teve das populações negras durante séculos, e a incapacidade governamental, criaram enfiamento de parte da população a essas políticas públicas.

A autora encerra o livro afirmando que este é apenas uma das abordagens possíveis sobre o tema da história da educação dos negros, que se faz necessários outros olhares sobre temas relacionados a este grupo que por séculos teve sua história silenciada. Assim, para Jeruse Romão se faz necessário lembrar e dar visibilidade à história da população negra do Brasil, a escola é/foi um dos lugares mais excludentes e propagadores do racismo por isso a necessidade da implementação da Lei 10.639/2003.

Como a própria autora diz apesar da ausência de fontes e documentos históricos que falem sobre o tema, isso dificulta sua busca em responder a sua pergunta inicial “como o negro chegou a escola?”. Essa ausência de fontes e pesquisas sobre a história de escolarização do negro refletem na formação dos professores, o que resulta na ideologia da “meritocracia”, em que o negro que adentra os espaços escolares é por esforço próprio, resultando também



## Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

devido esse desconhecimento da história da interdição (acesso e permanência) escolar da população negra em preconceitos e discriminações acerca das ações afirmativas.

A presente obra é destinada aos docentes de todas as áreas de atuação, por se tratar de um livro que trata não apenas de uma análise histórica ou geográfica, mas contextualiza toda uma série de acontecimentos que formaram a atual sociedade brasileira e sua linha de pensamento, os leitores desta obra podem ser de perfil indefinido, pois a qualquer classe ou grupo social, a leitura desta obra é de fácil compreensão.

A obra apresentada possui linguagem simples, o que contribui para que professores formados e em formação possam compreender de maneira bem clara o conteúdo do livro, além disso é perceptível que o livro se organiza de maneira linear, fazendo um histórico da educação com o objetivo de fazer compreender a necessidade de políticas públicas voltadas para a população negra.

É possível notar que o estilo presente na obra é simples e objetivo quando busca abordar com clareza presente nesta obra é simples e objetivo quando busca abordar com clareza e coerência a apresentação da temática e problemática em sua maioria. Faz uso de uma linguagem simples que possibilita a interpretação daquilo que está sendo apresentado relacionando diferentes perspectivas da educação no Brasil em relação as questões étnicas raciais e a educação no negro através dos anos.

Pode-se afirmar que as suas partes estruturais, as ideias, exemplos, argumentos etc. se encaixam de modo complementar, possibilitando a compreensão quando não faz uso de linguagem coloquial para expressar suas ideias. É possível perceber o uso da terceira pessoa em alguns textos e relatos de experiências o que só contribui para a compreensão deste.

A obra contribui para a possibilidade de uma apresentação da percepção do negro na esfera educacional, uma vez relatadas as dificuldades, conquistas e convivências com relação a questão étnico racial na educação. Os autores de maneira geral citam a representação social que os personagens negros das histórias apresentadas exercem no cotidiano, influenciados pelas suas vivências e convicções e suas relações com o ambiente escolar.